


**MERCADO DE TRABALHO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO CAGED**

**LABOR MARKET FOR LIBRARIANS, ARCHIVISTS AND MUSEOLOGISTS:
AN ANALYSIS BASED ON DATA FROM THE CAGED**

 André Souza Pena¹

 Helena Maria Tarchi Crivellari²

¹ Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso.


E-mail: andre.pena@ufr.edu.br

² Doutorado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorado no Departamento de Biblioteconomía y Documentación da Universidad Carlos III de Madrid. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: helenacrivellari@gmail.com



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 22/02/2021.

Aceito em: 15/04/2021.

Como citar este artigo:

PENA, André Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos: uma análise a partir dos dados do CAGED. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 126-140, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6iespecial.2021.62653.126-140>.

RESUMO

Neste artigo, procurou-se analisar o mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos, partindo-se do princípio de que as estatísticas são fundamentais para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas em geral. Nesse sentido, o estudo defende a superioridade dos métodos de análise do mercado de trabalho baseados nas estatísticas oficiais, contemplando tanto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) quanto o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o qual foi utilizado como base empírica para a análise do mercado de trabalho desses profissionais da cultura e informação. Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma abordagem quantitativa enfocada no aspecto da movimentação do emprego. Com relação aos bibliotecários, percebeu-se que houve piora nas condições de emprego, principalmente depois das reformas trabalhistas que, ao contrário do discurso propalado, não geraram mais contratações para a categoria. Do mesmo modo, os arquivistas apresentaram um saldo de demissões significativo. Os museólogos, por sua vez, mesmo com saldo positivo no último ano de

análise, tiveram maior contratação em trabalhos terceirizados. Como consideração final, espera-se que este estudo auxilie na tomada de decisões sobre a formação dessas profissões com vistas a reduzir efetivamente as desigualdades de acesso à cultura, à informação de qualidade e à arte na sociedade.

Palavras-chave: Arquivistas. Bibliotecários. CAGED. Mercado de trabalho. Museólogos.

ABSTRACT

This article sought to analyze the labor market of librarians, archivists and museologists, assuming that statistics are fundamental for decision-making in the context of public policies in general. In this sense, the study defends the superiority of labor market analysis methods based on official statistics, including both the Annual Social Information Ratio (RAIS) and the

General Register of Employees and Unemployed (CAGED), which was used as an empirical basis for the analysis of the labor market of these professionals of culture and information. From the methodological point of view, we opted for a quantitative approach focused on the aspect of employment movement. Regarding the librarians, it was noticed that there was a worsening in employment conditions, especially after labor reforms that, unlike the proposed discourse, did not generate more hiring for the category. Likewise, archivists had a significant number of layoffs. The museologists, in turn, even with a positive balance in the last year of analysis, had greater hiring in outsourced jobs. As a final consideration, this study is expected to assist in making decisions about the formation of these professions with a view to effectively reducing inequalities in access to culture, quality information and art in society.

Keywords: Archivists. Librarians. CAGED. Labor market. Museologists.

1 INTRODUÇÃO

Há várias pesquisas e iniciativas de estudos do mercado de trabalho, dentre elas encontram-se as Escolas, que promovem o acompanhamento do mercado de trabalho através de estudos sobre egressos; os Conselhos Profissionais, que realizam coletas de dados de seus membros; e os próprios alunos e pesquisadores, que podem monitorar o mercado de trabalho por meio de anúncios de empresas e da divulgação de concursos públicos.

As políticas públicas dependem, em grande medida, de dados para a tomada de decisões nas diversas áreas, visto que eles são fundamentais para a formação profissional, para o acompanhamento de egressos, para os estudos de mercado de trabalho, além de vários outros âmbitos, tais como saúde e educação. As pesquisas e os registros estatísticos sobre variados temas propiciam o fundamento empírico acerca da realidade, pois sem esses conhecimentos a efetividade da ação pública nos diversos setores seria infinitamente mais baixa para resolver ou equacionar os grandes problemas nacionais (JANNUZZI, 2019).

No plano internacional, realiza-se a cada cinco anos, desde 1923, a Conferência Internacional de Estatística do Trabalho (CIET), tendo sido a última ocorrida em 2018. Trata-se de reuniões delimitadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com representantes governamentais, trabalhadores e empregadores de diversos países para estabelecer as diretrizes dos indicadores estatísticos do mercado de trabalho (GARCIA; GONZAGA, 2014).

Existem vários indicadores e pesquisas relacionados à temática do mercado de trabalho, os quais foram implementados em diversos países a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), implantada em 1980, constitui um marco das pesquisas amostrais, mesmo não cobrindo a totalidade do mercado de trabalho brasileiro, contempla as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife.

Há também, desde 1984, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), coordenada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), inicialmente restrita à Região Metropolitana de São Paulo e depois ampliada para outras localidades (Porto Alegre, Salvador, Recife, Distrito Federal e Belo Horizonte). A diferença entre a PME e a PED é conceitual, já que a última observa um período de procura maior e contempla também o contingente de trabalhadores em desemprego oculto (trabalho precário e desalento) (JANNUZZI, 2009).

Considera-se, ainda, como ferramenta importante para se estudar o mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), praticada desde 1967. Trata-se de uma pesquisa amostral realizada em domicílios de todo o país, anualmente, exceto em anos de Censo Demográfico. A PNAD abrange “temas como habitação e trabalho, associados a dados sobre aspectos demográficos, educacionais e de rendimento da população brasileira” (IBGE, 2015, p.9).

Jannuzzi (2019) exaltou a relação das estatísticas como orientadoras das políticas públicas no Brasil, evidenciando os problemas sociais nos anos 2000. O sucesso mundial do livro “O capital no século XXI”, de Piketty (2014), livro este fundamentado em indicadores de renda de vários países e alicerçado nas ciências sociais e na literatura, demonstra a importância das análises de dados estatísticos com vistas a possíveis mudanças na realidade social. Na obra, o autor sugere uma reestruturação do capitalismo,

o qual tem alcançado índices alarmantes de concentração de renda, superando o crescimento da renda proveniente da economia produtiva relacionada ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, os indicadores sobre mercado de trabalho são fundamentais, pois refletem o nível de empregabilidade e ajudam a elucidar a “relação salarial”, presente na tese de Boyer (2009), que preconiza o entendimento do trabalho (e a qualidade do emprego) como um aspecto central para a consolidação da cidadania em um país. Tal aspecto está relacionado a cinco pontos centrais: 1) organização do processo de trabalho; 2) hierarquia das qualificações da mão de obra; 3) possibilidade de mobilidade dentro e fora da empresa; 4) formação do salário direto e indireto; e 5) formas de consumo ou poder de compra das famílias a partir da renda auferida no posto de trabalho. Associada a esses pontos está a “relação educativa”, que foi estudada por Crivellari (2003) a partir da Escola de Regulação, conceito sobre o qual assenta a dimensão da formação da mão de obra como um processo coletivo que envolve não apenas o Estado e/ou empresas (empregadores) e a escola (educação), mas também os próprios detentores do direito ao diploma (alunos), sindicatos, conselhos e associações profissionais.

Neste trabalho, pretende-se verificar a atual configuração do mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos, considerando-se as recentes transformações no mundo do trabalho, implementadas no Brasil com a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com o enfraquecimento do Estado como empregador e dinamizador da economia *vis-à-vis* o cenário de crise do capitalismo mundial. Além disso, objetiva-se observar alguns estudos nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Dessa forma, os registros administrativos desenvolvidos no âmbito do antigo Ministério do Trabalho e do Emprego, sendo eles a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), constituem uma importante forma de divulgação de dados estatísticos referentes ao mercado de trabalho no Brasil e, por isso, estão sendo utilizados no presente estudo.

2 REGISTROS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO COMO FONTE DE DADOS: NOTAS METODOLÓGICAS

Instituída pelo Decreto nº. 76.900/75, a RAIS é um registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatória para todas as empresas e empregadores, inclusive para os estabelecimentos sem vínculos empregatícios no ano de referência. Ela contempla os trabalhadores celetistas, estatutários, temporários e avulsos. A RAIS constitui-se, então, em uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho brasileiro e é considerada um verdadeiro censo do mercado de trabalho formal, pois tem cobertura superior a 97% em estabelecimentos do País, uma vez que todos eles são obrigados a declarar a situação individual de cada trabalhador com quem mantém vínculos empregatícios. Essa declaração é feita por meio do fornecimento dos dados relativos à situação real em 31 de dezembro de cada ano (PENA, 2007; JANNUZZI, 2009).

O uso da RAIS apresenta vantagens e restrições. As vantagens estão relacionadas à sua abrangência nacional, à obrigatoriedade do fornecimento de dados e à diversidade de cruzamentos possíveis nos níveis ocupacional e setorial. Quanto às limitações, a principal delas é a omissão parcial de dados declarados por parte dos estabelecimentos empregadores. Pode haver, inclusive, a existência de campos não preenchidos, secundada por erros de preenchimento. Além do mais, a RAIS exclui os trabalhadores sem vínculos formais de emprego (PENA, 2007; JANNUZZI, 2009).

A RAIS não engloba o mercado informal, entretanto, com base nos dados do Censo/IBGE apresentados no trabalho de Jannuzzi (2003), observou-se a presença de mais de 90% dos bibliotecários no setor formal da economia brasileira. Destaca-se, ainda, que as pesquisas domiciliares apresentam a limitação de refletir a opinião dos entrevistados, isso também pode ocasionar dados não fidedignos.

Ademais, neste estudo, para caracterizar o mercado de trabalho das profissões, valeu-se do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o qual foi criado pelo Governo Federal/Ministério do Trabalho, através da Lei nº. 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensas de empregados, sob o regime da CLT. A cada mês, as empresas devem informar todos os trabalhadores cujos contratos de trabalho são regidos pela CLT, nas seguintes situações: admitidos, demitidos ou

transferidos; além disso, devem informar a ocupação e o salário desses trabalhadores (DEDECCA, 1998 *apud* PENA, 2007).

Neste estudo, adotou-se uma abordagem quantitativa, com análise de dados do mercado formal de bibliotecários, arquivistas e museólogos, sem a pretensão de se realizar uma comparação entre as características dessas profissões. Enfocou-se, comparativamente, o aspecto da movimentação do emprego. Para tanto, utilizou-se o CAGED, o qual, mesmo incluindo apenas os celetistas, disponibiliza informações mensais sobre admissões e demissões em todo o Brasil, o que possibilita utilizar o nível da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e viabiliza a análise de bibliotecários, arquivistas e museólogos de modo mais específico.

3 MERCADO DE TRABALHO: OBSERVANDO A LITERATURA DA ÁREA DA INFORMAÇÃO E CULTURA

Os estudos sobre mercado de trabalho para os bibliotecários são os mais numerosos¹, quiçá em função da consolidação como profissão e do maior número de cursos de graduação nessa área. É possível inferir que os primeiros estudos sobre o tema foram realizados a partir dos anos 1970 e, não por acaso, coincidem com as mudanças macroeconômicas do capitalismo mundial, como a maior precarização das condições laborais dos trabalhadores em geral, entre eles os bibliotecários. Os efeitos da crise de 2008 persistem, porém Boyer (2009) nos oferece a compreensão de que as crises se parecem, mas não são as mesmas, e cada país enfrenta suas crises de modo particular.

Na Biblioteconomia e na Ciência da Informação dois estudos recentes destacam-se pela utilização de metodologias distintas e, portanto, apresentam resultados diferentes. O primeiro analisa dados de concursos públicos, entre 2010 e 2015, em consonância com o cenário de geração de empregos no Brasil. Tal estudo verifica que “o mercado de trabalho atual é caracterizado pela busca de estabilidade empregatícia e financeira, e os que buscam isso ainda tem como fonte principal para tais conquistas os concursos públicos” (SALES *et al.*, 2016, não paginado).

¹ Pesquisa realizada na base Peri (<http://www.bases.eci.ufmg.br/peri.htm>). Utilizando-se a expressão de busca “mercado de trabalho * biblio\$”, encontrou-se 79 registros, enquanto para os arquivistas foram 12 registros, utilizando-se a expressão “mercado de trabalho * arquiv\$”, e apenas 1 registro para estudos sobre o mercado de trabalho dos museólogos, valendo-se do termo de busca “mercado de trabalho * museo\$”.

O segundo estudo, de Freire, Alauzo e Spudeit (2017), mesmo diante do recrudescimento das políticas neoliberais e com aumento da desigualdade e do desemprego, analisa exclusivamente a literatura da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação e aponta as competências individuais como solução para adentrar o mercado de trabalho não tradicional. Esse tipo de estudo parece acompanhar as políticas de austeridade ditadas internacionalmente, e quase sempre a sustentação empírica é bibliográfica, sem auxílio de dados abrangentes, os quais consigam refletir a realidade de modo mais consistente, além de desconsiderar vasta bibliografia que aponta os efeitos da atual crise macroeconômica.

Embora não conste na base Peri², é pertinente observar o estudo de Pena, Crivellari e Neves (2006), realizado a partir da análise comparada dos anos de 1994 e 2004, que culminou em estudo mais amplo de 1985 a 2005 (PENA, 2007), além da análise comparativa do mercado de trabalho do bibliotecário no Brasil, na Espanha e em Moçambique (PENA *et al.*, 2014; PENA, 2015), todos valendo-se da RAIS como fonte de dados. Mesmo que cada estudo tenha sua particularidade, notam-se análises de cobertura de todo o território nacional e certa amplitude internacional, contemplando ampla bibliografia, o que resulta em uma melhor compreensão do mercado laboral dos bibliotecários.

Para os arquivistas, encontraram-se estudos, tal como para os bibliotecários, no sentido de avaliar a situação do mercado de trabalho de cidades específicas e/ou a situação dos egressos. O trabalho de Oliveira (2011, p.90) analisa a formação do arquivista e sua inserção no mercado de trabalho a partir de editais de concursos públicos na cidade de Brasília. Os resultados desse trabalho foram na direção de elencar habilidades necessárias para os egressos, identificando a importância da formação continuada e a reformulação na formação para uma abordagem menos tecnicista do arquivista, reconhecendo que “o papel da universidade não se limita a fornecer profissionais para o mercado de trabalho”. Já o trabalho de Santos, Barbalho e Santos Filha (2015, p.70), a partir de dados de instituições públicas da cidade de Manaus, verificou “que existe um vasto mercado para o profissional arquivista em atuação, pois a maioria das organizações

² Cabe ressaltar que o Grupo de Trabalho – 06: Informação, Trabalho e Educação, do ENANCIB, é o principal espaço de discussão dos estudos sobre mercado de trabalho na área, muito embora a atual base de dados BENANCIB (<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2>) esteja com limitações na recuperação mais precisa de estudos de bibliotecários, arquivistas e museólogos, especificamente apresentados no GT.

são produtoras de documentos, e necessita que as informações sejam gerenciadas de forma adequada”.

Ainda sobre os arquivistas, vale citar o estudo de Crivellari, Alves e Frota (2017), no qual é discutida a importância da CBO para as estatísticas do mercado de trabalho e, possivelmente, como orientadora das políticas de formação e atuação profissional. A partir da Família “arquivistas e museólogos” da CBO, as autoras conseguiram inferir, através da RAIS, indícios de uma maior atuação dos arquivistas do que de museólogos no mercado formal de trabalho, ainda que os dados da Família na CBO, naquele momento, impossibilitassem analisar separadamente as duas profissões.

Segundo Freitas (2018), que analisou os egressos do curso de Museologia da Universidade de Brasília, o número baixo de museólogos em Brasília é devido à carência de cursos de formação. Contudo, com a criação do curso de Museologia, em 2009, a expectativa era a de se avançar nas contratações desses profissionais. Os dados do estudo de Freitas (2018) demonstram que 51% dos egressos respondentes do questionário estavam atuando na área.

Damasceno (2015; 2016), por sua vez, analisou dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e, com base em revisão da literatura e em uma análise socioeconômica ampliada e contextualizada, inferiu sinais de precarização no mercado de trabalho dos museólogos, em especial, por se tratar de uma profissão com prevalência de mulheres. Ele verificou, ainda, um *deficit* de contratação de museólogos nas instituições museológicas do Brasil.

4 O MERCADO DE TRABALHO DAS PROFISSÕES DA ÁREA DA INFORMAÇÃO E CULTURA

Analisar o mercado de trabalho da área da informação e cultura é uma tarefa complexa. Para este estudo, a abordagem contempla bibliotecários, arquivistas e museólogos, através da análise de dados oriundos exclusivamente do mercado formal, especificamente dos trabalhadores que possuem vínculos celetistas de contrato de trabalho. Para tanto, utiliza-se o CAGED para verificar as mudanças atuais na área da cultura e informação no Brasil.

Por meio de dados comparativos do CAGED, os quais foram agrupados de janeiro a dezembro de 2019, verificou-se o saldo negativo de contratações de bibliotecários. Essa

análise foi feita no nível mais desagregado da CBO e contemplou o nível da ocupação, no caso específico, dos profissionais bibliotecários. Constatou-se que em 2019, dentre os vinte e sete estados da federação, apenas em cinco o saldo de contratações foi positivo (ver Tabela 1), sendo que o pior saldo foi verificado em São Paulo (-57).

Para os arquivistas, em 2019, o número de demitidos também foi alto em todo o Brasil e, mesmo com a situação melhor do que a dos bibliotecários, o saldo total foi negativo (-38). O estado do Ceará apresentou o pior saldo negativo (-52), ou seja, teve mais demissões do que contratações no período analisado. Entretanto, no Espírito Santo houve um saldo expressivo de contratações (61).

Para os museólogos, no ano de 2019, o saldo de contratações foi positivo (25), muito em função do saldo de admissões no estado de São Paulo (15).

Tabela 1 – Saldo de movimentação de emprego dos bibliotecários, arquivistas e museólogos, por Unidade da Federação, em 2019

UF	Bibliotecários	Arquivistas	Museólogos
Rondônia	4	4	-
Acre	2	-	-
Amazonas	-3	0	-
Roraima	3	-2	-
Para	-8	-7	-
Amapá	-1	2	-
Tocantins	-1	1	-
Maranhão	0	1	-
Piauí	-2	1	-
Ceará	-1	-52	2
Rio Grande do Norte	-5	4	-
Paraíba	1	-2	-
Pernambuco	-16	0	3
Alagoas	3	2	-1
Sergipe	1	0	-
Bahia	-14	-30	8
Minas Gerais	-40	11	3
Espírito Santo	-9	61	1
Rio de Janeiro	-13	-23	0
São Paulo	-57	22	15
Paraná	-14	7	1
Santa Catarina	-17	-34	0
Rio Grande do Sul	-15	20	-6
Mato Grosso do Sul	-5	2	-
Mato Grosso	-1	3	-
Goias	-3	11	-
Distrito Federal	-5	-40	-1
Total	-216	-38	25

Fonte: CAGED.

No ano de 2015 a situação foi pior, pois teve o saldo negativo de 216 demissões de bibliotecários em todo Brasil, enquanto nos anos de 2005 e 2010 o saldo de contratações foi positivo (135 e 59, respectivamente, conforme Tabela 2). Em estudo anterior, com análise até o ano de 2018, Pena e Crivellari (2019) notaram piora no mercado de trabalho dos bibliotecários, quando comparado ao período anterior à crise de 2008. Os autores verificaram que as medidas de flexibilização do trabalho pioraram a qualidade do emprego, sobretudo após a aprovação da Lei nº. 13.467 (BRASIL, 2017), que flexibiliza os contratos de trabalho regidos pela CLT, e, mais recentemente, da Medida Provisória nº. 905, que institui o contrato de trabalho verde e amarelo (BRASIL, 2019), o qual impõe aos trabalhadores contratados pela denominada “Carteira Verde e Amarela” a perda dos direitos previstos na CLT, tais como permissão de trabalho aos domingos sem pagamento de hora extra, redução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, 13º salário e saldo do FGTS parcelados, redução do adicional de periculosidade, entre outras medidas nocivas ao trabalhador³.

Tabela 2 – Saldo total de movimentação de emprego dos bibliotecários, arquivistas e museólogos

	2005	2010	2015	2019
Bibliotecários	135	59	-242	-216
Arquivistas	115	-22	-167	-38
Museólogos	-9	0	-36	25

Fonte: CAGED.

Em situação semelhante, pode-se verificar também os arquivistas, com dados de movimentação entre os anos 2005 e 2019 (Tabela 2). No ano de 2005, a categoria apresentou saldo de movimentação positiva (115). Em 2010, a situação piorou e o saldo foi negativo (-22). Cinco anos depois, em 2015, houve uma piora, com saldo negativo total maior (-167).

³ Acrescenta-se a isso a Reforma da Previdência já aprovada. Desse modo, “[...] neste Brasil de 210 milhões [de] habitantes, temos apenas 33 milhões com emprego formal. Se somarmos os desempregados, 13 milhões, e os 37 milhões que estão no setor informal, portanto, que não contribuem, além de ganharem apenas 48% do que se ganha no setor formal, temos 50 milhões fora do sistema [previdenciário]” (DOWBOR, 2020, p. 56-57).

Além disso, foi possível analisar isoladamente os efeitos da movimentação do emprego dos museólogos, contemplando também, para fins comparativos, o período de 2005 a 2019 (Tabela 2). Ao contrário das outras profissões analisadas neste estudo, no ano de 2005 (ver Tabela 2) o saldo de movimentações foi negativo (-9). No ano de 2010 o saldo de contratações e demissões foi nulo (0) e, em 2015, a situação piorou e teve um saldo total de demissões expressivo no Brasil (-36).

Analisando-se mais detalhadamente, pode-se verificar que, mesmo com a recuperação em 2019, o tipo de emprego com maior crescimento para os museólogos foi em trabalhos terceirizados (Atividades administrativas e serviços complementares, Tabela 3, item 13), enquanto nas atividades ligadas diretamente aos museus (Artes, cultura, esporte e recreação, Tabela 3, item 17) houve saldo negativo de movimentação (-3).

A movimentação do emprego de bibliotecários também apresentou saldo negativo em quase todos os setores, especialmente no setor de Educação (-138), no qual, historicamente, localiza-se boa parte dos ambientes de trabalho desses profissionais. No setor de Informação e comunicação (Tabela 3, item 9) o saldo foi pouco expressivo, embora positivo (2). Além disso, o denominado setor “Outras atividades de serviços” (Tabela 3, item 18) também apresentou saldo negativo significativo (-30). Isso indica que não adianta reivindicar pela via da competência os novos setores de atuação para o bibliotecário, visto que, quando a economia está em crise, o mercado não resolve espontaneamente a contratação dos profissionais.

Quanto aos arquivistas, verificou-se saldo positivo de contratações em poucos setores. Destacando-se a área mais ligada ao trabalho terceirizado (Atividades administrativas e serviços complementares, Tabela 3, item 13), houve um saldo de demissões significativo (-60). E, ainda que o setor de Informação e comunicação apresentasse saldo positivo importante para os arquivistas (44), ressalta-se um possível alinhamento desse setor com as políticas neoliberais ligadas ao mercado financeiro, o que impede uma relação salarial e educativa virtuosa, estimula a falácia dos empreendedores de si e cria uma geração, nos termos de Antunes e Braga (2009), de “infoproletários”.

Tabela 3 – Saldo de movimentação de emprego dos bibliotecários, arquivistas e museólogos nos principais setores de atividades (CNAE 2.0 Seção) em 2019

CNAE 2.0 Seção	Bibliotecários	Arquivistas	Museólogos
1-Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-	2	-
2-Indústrias de transformação	4	-3	1
3-Eletricidade e gás	-4	-1	-1
4-Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-1	2	-
5-Construção	-2	5	1
6-Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2	12	4
7-Transporte, armazenagem e correio	-5	20	0
8-Alojamento e alimentação	0	1	1
9-Informação e comunicação	2	44	2
10-Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-5	-2	-2
11-Atividades imobiliárias	-	-4	-
12-Atividades profissionais, científicas e técnicas	-24	1	2
13-Atividades administrativas e serviços complementares	-13	-60	15
14-Administração pública, defesa e seguridade social	-1	0	1
15-Educação	-138	-6	1
16-Saúde humana e serviços sociais	1	-31	6
17-Artes, cultura, esporte e recreação	-2	2	-3
18-Outras atividades de serviços	-30	-12	-3
19-Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-8	-
Total	-216	-38	25

Fonte: CAGED.

Dados mais recentes e comparativos com o ano de 2019, relativos ao mercado de trabalho geral, indicam os efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus. Entre os meses de março a junho de 2020, o saldo de contratações foi negativo e atingiu um pico de 951.555 trabalhadores que perderam o emprego no mês de abril. No mesmo período, em 2019, o saldo foi positivo, com 136.002 contratações (Tabela 4). A partir de julho de 2020 houve recuperação, com queda em dezembro, e alcançou-se um saldo positivo total de 142.690 postos de trabalho gerados em 2020. Contudo, em 2019 o saldo total foi mais substantivo, com a geração de 633.510 empregos formais. Portanto, mesmo com alguns saldos positivos, pode-se concluir que a pandemia impactou fortemente o mercado de trabalho formal brasileiro.

Tabela 4 – Saldo mensal de empregos formais no Brasil, em 2019 e 2020

Mês	2019*	2020**
Janeiro	44.212	117.245
Fevereiro	191.787	225.117
Março	-38.990	-272.808
Abril	136.002	-951.555
Mai	39.940	-367.227
Junho	59.036	-26.629
Julho	50.991	137.691
Agosto	127.240	243.336
Setembro	160.519	317.378
Outubro	70.852	390.727
Novembro	99.232	397.321
Dezembro	-307.311	-67.906
Total	633.510	142.690

Fonte: *CAGED e **Novo CAGED.

Apesar da impossibilidade momentânea de se verificar esses dados isoladamente⁴, para os bibliotecários, arquivistas e museólogos, pode-se inferir que a pandemia atingiu a todos os trabalhadores, entre eles os profissionais da informação e cultura. Nesse sentido, cabe considerar o estudo de Machado *et al.* (2020), que contempla o setor cultural como um todo e aponta as graves implicações da autorregulação do mercado em resolver a empregabilidade dos profissionais ligados à cultura, sobretudo em tempos de pandemia:

O setor cultural de um país deve ser impulsionado por meio de políticas públicas que garantam sua produção, divulgação e geração de renda para aqueles nele ocupados. Em momentos como os vividos durante a pandemia de Covid-19, a pertinência da formulação de políticas públicas que o incentivem é gritante, posto que todas as atividades artístico-culturais desenvolvidas fora do domicílio estão paralisadas pelo fechamento dos espaços culturais, e, conforme mostrou este estudo, o impacto dessa paralisação se espalha ao longo da cadeia produtiva do setor (MACHADO *et al.*, 2020, não paginado).

⁴ A análise de dados mais específicos não está disponível no momento. Em mensagem de e-mail enviada pelo Ministério da Economia foi comunicado que: “A princípio, o sistema de consulta *online* não será disponibilizado. Adaptações nos sistemas informacionais estão sendo feitas para compatibilizar o banco de dados do Novo CAGED” (BRASIL, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados deste estudo dizem respeito à piora da qualidade do emprego na área da informação e cultura, embora com pequena melhora para os museólogos em 2019, e à possibilidade metodológica de utilização do CAGED para se analisar o mercado formal de trabalho no Brasil. Além disso, este trabalho aponta para a realização de estudos futuros que possam conjugar a utilização do CAGED e outras bases como a própria RAIS e/ou, conforme já apontado na introdução do texto, as várias outras bases de dados, como PME, PDE e PNAD, fundamentais para acompanhar o mercado de trabalho em geral, particularmente considerando-se os efeitos da pandemia da covid-19.

Tais estudos são necessários, visto que possibilitariam acompanhar o mercado de trabalho e suas alterações de forma mais constante. Do ponto de vista das Escolas, os estudos são importantes para a tomada de decisões, pois, com base neles, poder-se-ia contemplar uma formação consoante com os reais postos de trabalho ocupados por bibliotecários, arquivistas e museólogos. Para as entidades representativas, esses estudos poderiam auxiliar diretamente em ações das Associações, de Conselhos e, particularmente, dos Sindicatos, no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração das categorias as quais eles representam. Essa é uma expectativa prática do estudo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOYER, R. **A teoria da regulação:** os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 134, p. 1, 14 jul. 2017.

BRASIL. **Medida provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019.** Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 5, 12 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Coordenação de Estatísticas e Estudos do Trabalho. **[Correspondência].** Destinatário: André de Souza Pena. [S.l.], 2020. 1 e-mail.

CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na ciência da informação. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CRIVELLARI, H. M. T.; ALVES, T. S.; FROTA, M. G. C. Arquivistas e Museólogos: uma reflexão crítica sobre o posicionamento destes profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações. **InCID:** Revista de Documentação e Ciência da Informação, v. 8, p. 46-67, 2017.

DAMASCENO, W. M. F. A situação dos museólogos brasileiros: uma análise sobre trabalho e precarização. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFPR, 6, 2015, Curitiba. **Anais...** Grupo de Trabalho 04 –trabalho e sindicalismo, 2015. p. 01-17.

DAMASCENO, W. M. F. Trabalho e precarização nos museus brasileiros: uma análise introdutória. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.52, n. 8, p. 101-125, 2016.

DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de *et al.* (Org.). **Economia & trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, 1998. p. 95-111.

DOWBOR, L. Os pedágios em cada esquina: as consequências da financeirização da economia na vida cotidiana. **Carta Capital**, Especial, p. 54-57, 01 jan. 2020.

FREIRE, F. S.; ALAUZO, J. L. C.; SPUDEIT, D. F. A. Competências e campos emergentes para atuação de bibliotecários. **Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 81-102, jan./jun. 2017.

FREITAS, J. A. **Egressos do curso de museologia da Universidade de Brasília: atuação no mercado de trabalho (2013-2017)**. 2018. 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GARCIA, L.; GONZAGA, L. L. Pesquisa de Emprego e Desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 127-140, ago. 2014.

IBGE. **PNAD: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967-2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JANNUZZI, P. M. Estatísticas e Políticas Públicas orientadas por evidências no Brasil: o caso das políticas de desenvolvimento social nos anos 2000. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2019.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2009.

JANNUZZI, P. M. Biblioteconomistas e outros profissionais da informação no mercado de trabalho brasileiro: 1980-1996. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

MACHADO, A. F.; FREIRE, D.; MICHEL, R. C.; MELO, G. V.; DEMATTOS, A. Efeitos da Covid-19 na economia da cultura no Brasil. **CEDEPLAR**, Nota Técnica, 30 abr. 2020.

OLIVEIRA, F. H. A formação do arquivista na Universidade de Brasília e sua inserção no mercado de trabalho da Capital Federal. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 72-92, jan./jul. 2011.

PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T. Movimentação no mercado de trabalho do bibliotecário no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. **Anais do XX ENANCIB**. Florianópolis: UFSC, 2019. v. 20.

PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A.; MANGUE, M. V. Elementos de comparação do emprego bibliotecário em tempos de crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014.

PENA, A. S. **Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise: comparação Brasil, Espanha e Moçambique**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

PENA, A. S. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, de 1985 a 2005**. 2007. 165f., il. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T.; NEVES, J. A. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, 7, 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SALES, J. A.; SILVA, M. L. S.; BARROS, L. F.; PEREIRA, F. J. S.; MARTINS, G. K. Mercado de trabalho para bibliotecários no Brasil: mapeamento dos concursos públicos entre os anos de 2010 e 2015. **Biblionline**, João Pessoa, v.12, n.1, p. 26-37, 2016.

SANTOS, G. N.; BARBALHO, C. R. S.; SANTOS FILHA, R. D. Mercado de trabalho para arquivista: um estudo da demanda no setor público em Manaus. **Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 68-87, jan./jun. 2015.